

TENDÊNCIA OU QUEDA TEMPORÁRIA NA DESIGUALDADE DE RENDA ENTRE 2001 E 2004? UM ESTUDO NAS MACRO-REGIÕES BRASILEIRAS

Maria Cristina Cacciamali¹
Vladimir Sipriano Camillo

RESUMO

O objetivo deste estudo é contribuir para o debate sobre a queda da desigualdade na distribuição pessoal de renda no Brasil no início do século XXI. Assim, nessa diminuição, analisamos a participação relativa de cinco fontes de renda (trabalho, aluguéis, doações, aposentadorias e pensões e transferências públicas) nas cinco macro-regiões brasileiras – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, entre os anos de 2001 e 2004. Para atingir os propósitos, estruturamos o texto em três seções. A primeira seção apresenta aspectos selecionados da literatura especializada brasileira sobre as causas da variação da desigualdade de renda. A segunda apresenta a técnica matemática de decomposição utilizada. Finalmente, na terceira seção, analisam-se os resultados empíricos para Brasil e cinco macro-regiões selecionadas. À guisa de conclusão, destacamos, dentre os resultados, a importância das transferências públicas de renda e as mudanças nos mercados de trabalho regionais para a diminuição do grau de desigualdade.

Palavras-chave: distribuição de renda, decomposição da distribuição da renda, distribuição de renda regional, diminuição do grau de desigualdade na distribuição da renda, mercado de trabalho e transferências públicas na distribuição de renda

ABSTRACT

The aim of this paper is to contribute to the debate on the decrease of the concentration degree of the personal income distribution in Brazil in the first years of the XXI Century. On this purpose, we approach the phenomenon analyzing the importance of five types of income (labor, properties rental, donation, retirement and public cash transference) in the five macro-regions in Brazil – North, Northeast, Middle-West, Southeast, South, during the period 2001-2004. To reach the purposes, the text was structured in three parts. The first one highlights stylized facts on this decreasing from the Brazilian specialized literature. The second section presents the mathematical technique used to build the decomposition. Finally, the third section discusses the results we obtain for the five macro regions. We detached the importance of the generation of employment and the cash transference as the main causes to explain the decline on the concentration degree of the income distribution

¹ Livre Docente, Professora Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo e Pesquisadora Nível 1 do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; e Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e Professor da Faculdade de Economia da Fundação Santo André, respectivamente. Os autores agradecem o apoio de Fábio Tatei na montagem do banco de microdados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios. Os autores compõem o Núcleo de Política Internacional, Estudos Internacionais & Política Comparada, NESPI -USP/CNPq.

Key-words :income distribution, income distribution decomposition, regional income distribution, decrease of the concentration degree of the income distribution, importance of labour market and public cash transference in income distribution.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é analisar as mudanças na distribuição pessoal de renda no Brasil, entre 2001 e 2004, de acordo com o tipo de renda e a região do país. Estudos recentes apontam que o grau de desigualdade na distribuição de renda no Brasil, medido pelo coeficiente de Gini, reduziu-se no período mencionado, de 0,59 para 0,57.² Para analisar esse fenômeno constrói-se, na primeira seção, uma base teórica, a partir da literatura nacional, reunindo fatos estilizados sobre a desigualdade na distribuição de renda, desde o debate acalorado dos anos de 1970, até estudos mais recentes desta década.³

No Brasil, podemos sistematizar a literatura sobre a distribuição de renda desde o final dos anos de 1960. A literatura mais recente, assim como aquela dos anos de 1970 e 1990, mantém a mesma causa para a exacerbada desigualdade na distribuição da renda: à iníqua distribuição de capital humano, apreendida sob forma de escolaridade e experiência laboral. Contudo, nos anos de 1960 e 1970, predominam análises de cunho keynesiano e kaleckiano que associam o comportamento da distribuição pessoal à distribuição funcional da renda. Abordagens mais recentes, ademais, introduzem outros aspectos sociais relevantes, por exemplo, a discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho, a segmentação regional e a importância das transferências públicas, principalmente aquelas realizadas no âmbito do Programa *Bolsa Família*.

Na segunda seção formaliza-se a técnica matemática da decomposição utilizada, por tipo de renda e região, e apresentam-se as considerações metodológicas, com o propósito de identificar possíveis limitações e principais virtudes. A principal limitação identificada refere-se à incapacidade da técnica de estabelecer conexões causais. A principal virtude consiste na sua capacidade de levantar potenciais variáveis candidatas à explicação da variação da desigualdade de renda, no período. Aliás, ainda nesta seção, especificam-se as variáveis utilizadas neste estudo, a respectiva fonte - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de

² Dentre esses estudos mais recentes, podem ser mencionados: SOARES, Sergei Suarez Dillon. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. *Texto para Discussão* nº1166. Brasília: IPEA, fevereiro de 2006; HOFFMANN, Rodolfo, Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil em cinco regiões entre 1997 e 2004, *Econômica*, Rio de Janeiro: v. 8, nº1, p. 55-81, junho de 2006; FERREIRA Francisco H. G. et al, Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. *Econômica*. Rio de Janeiro: v.8, nº1, p. 147-171, junho de 2006; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. *Nota técnica*. Brasília: IPEA, agosto 2006; SOARES, Sergei Suarez Dillon ;VERAS, Fabio; MEDEIROS, Marcelo e OSÓRIO, Rafael. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. *Texto para Discussão* nº 1228. Brasília: IPEA, outubro de 2006.

³ Estamos considerando textos clássicos, entre outros, LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil: uma reafirmação, *Ensaios Econômicos* EPGE, nº7. Rio de Janeiro FGV-EPGE, 1973; FISHLOW, Albert. *A Distribuição de renda no Brasil*. In: TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs.). *A controvérsia sobre a distribuição de renda e o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; BACHA, Edmar Lisboa. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs.), op.cit.

2001 e 2004 - e a sua aplicação para as regiões brasileiras - Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.⁴

Na terceira e última seção, analisam-se os resultados das decomposições regionais - coeficiente de participação relativa de cada fonte de renda, coeficiente de concentração de cada uma delas e resultado total - permitindo identificar as principais fontes ou tipos de renda associados com a redução dos coeficientes regionais de Gini. Uma vez identificadas as principais fontes de renda que contribuem para a queda dos coeficientes regionais de Gini, sintetizam-se os resultados. Por fim, nas considerações finais, discutimos a interação dos resultados.

1. Causas da Distribuição de Renda no Brasil

Os estudos sobre a distribuição de renda no Brasil expandem-se a partir da década de 1970. Gandra, ao analisar em perspectiva histórica esses estudos, propõe que sejam classificados em dois grupos: estudos da década de 1970 e estudos da década de 1990, períodos que o autor denomina de, respectivamente, *a controvérsia de 70* e *o pensamento hegemônico dos anos 90*.⁵ Esse agrupamento permite identificar a evolução do debate sobre as causas da elevada concentração da renda brasileira.

Na literatura dos anos de 1970, o crescimento econômico, a distribuição funcional e a distribuição pessoal da renda compunham um recorte teórico que, sob a inspiração keynesiana ou kaleckiana, eram analisados em conjunto. O declínio do valor real do salário mínimo, a partir da instauração do regime militar, é apontado por vários autores como o fator determinante do aumento do grau de desigualdade na distribuição da renda, entre 1960 e 1970.⁶

Fishlow, por exemplo, seguindo uma abordagem keynesiana, entende que o aumento do salário mínimo pode propagar impulsos capazes de elevar os demais salários e promover uma melhor distribuição de renda.⁷ Segundo esse autor, a política econômica, entre 1964 e 1967, impede o crescimento do salário mínimo e do salário médio, em virtude dos reajustes abaixo da inflação do salário mínimo e do salário base das diferentes categorias profissionais e/ou devido à ausência de barganha salarial, sustada pelo regime militar. Assim, o aumento do grau da desigualdade da distribuição pessoal da renda, nos anos de 1960, é aderente à

⁴ Para a região Norte, consideram-se apenas os domicílios urbanos, porque na PNAD de 2001 não há informação sobre toda a população dessa região. Embora essa falta de informação pudesse se transformar num grande problema metodológico, notou-se que a análise com apenas os dados urbanos sobre renda e população ajudam a avaliar parcialmente a hipótese sobre convergência das distribuições de renda entre as áreas urbanas e rurais.

⁵ No primeiro grupo destacam-se os estudos de LANGONI (op. cit.); FISHLOW (op.cit.) e BACHA (op. cit.), enquanto no segundo, notam-se os estudos coordenados por Ricardo Paes de Barros, por exemplo: Os determinantes da desigualdade no Brasil. *Texto para Discussão nº 377*, Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

⁶ Veja-se uma resenha sobre o tema em CACCIAMALI, Maria Cristina. Pode o salário mínimo balizar a estrutura salarial das firmas? Argumentos a favor da política ativa do salário mínimo, In: Paulo Baltar, Cláudio Dedecca e José Dari Krein. (Org.). *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2005, p. 147-162.

⁷ FISHLOW, Albert. A Distribuição de Renda no Brasil. In: TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs). *A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

diminuição da participação relativa dos salários e aumento da massa de lucro no período, ou seja, é consistente com o aumento da desigualdade funcional da renda.

Nessa direção, Paulo Renato de Souza e Paulo Baltar, de um lado, e Roberto Macedo e Manuel Enriquez Garcia travam um debate emblemático.⁸ Os dois primeiros autores, partindo de enfoque marxista-estruturalista, argumentam que, no Brasil, o salário mínimo determina o salário da mão-de-obra não qualificada do núcleo tipicamente capitalista da economia - da indústria. Constitui-se, portanto, em um parâmetro, tanto para a hierarquia salarial das empresas, quanto para as remunerações dos trabalhadores não qualificados que se inserem nas atividades do setor informal.⁹ Assim, para Souza e Baltar, a contenção do salário mínimo, durante o regime militar, implica ampliação da dispersão salarial no período e aumento da concentração funcional e pessoal da renda.

Roberto Macedo e Manuel Enriquez Garcia contestam o papel redutor do salário mínimo durante esse mesmo período.¹⁰ Os autores, utilizando-se do modelo de Lewis, defendem que o salário de subsistência é o determinante da taxa básica de salário da economia que evolui acompanhando o índice de custo de vida. Na década de 1960, o salário mínimo institucional foi reajustado abaixo dos índices de custo de vida, tornando-se inoperante. De acordo com essa linha de interpretação, o salário mínimo, nessas circunstâncias, perde as suas atribuições e a sua relevância de indicador de salário básico da economia. Assim, a diminuição do salário mínimo apenas redundaria na diminuição do número de ocupados com essa remuneração.¹¹

Outra racionalização para o aumento no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda, nos anos de 1960, baseada na elevação da concentração funcional da renda foi elaborada por Bacha.¹² O autor centra-se no comportamento da estrutura ocupacional e salarial das grandes empresas no período. A política salarial implementada pelas grandes empresas, na presença de elevada taxa de crescimento econômico e ausência de regulação distributiva no mercado de trabalho, origina exacerbada desigualdade salarial entre as ocupações gerenciais e aquelas de produção direta. Em um ambiente de alta competição para atrair mão-de-obra qualificada, as empresas de maior porte tem condições de arcar com maiores remunerações, principalmente para seus gerentes. Dessa maneira, apoiando-se na sua

⁸ SOUZA, Paulo Renato & BALTAR, Paulo. Salário Mínimo e a Taxa de Salário no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: vol.9, n.3, 1979

⁹ De acordo com a definição da Organização Internacional do Trabalho, o *setor informal* é o conjunto das empresas familiares operadas pelos proprietários e seus familiares, ou em sociedade com outros indivíduos. São unidades produtivas que não são constituídas como entidades legais separadas de seus proprietários e que não dispõem de registros contábeis padrão. O setor informal, sob a ótica da ocupação, é definido como o conjunto de trabalhadores inseridos nessa forma de organização da produção que inclui proprietários, a mão-de-obra familiar e os ajudantes assalariados (OIT, 1993). Define-se o setor formal, por oposição, como o conjunto de empresas e organizações organizadas sob relações capitalistas, de produção e juridicamente.

¹⁰ MACEDO, Roberto & GARCIA, Manuel Enriquez. Salário Mínimo e a Taxa de Salários no Brasil: comentário. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: vol.10, n.3, 1979.

¹¹ Diferentes testes empíricos apóiam a hipótese de que os reajustes do salário mínimo determinam os demais salários da economia, sejam eles aproximados pelos salários medianos reais da indústria, dos serventes do setor da construção civil, dos empregados com carteira assinada ou dos empregados não qualificados com carteira assinada, registrando elasticidades salário mínimo-salário selecionado, que variam de 0,50 a 0,90. Veja-se uma resenha, entre outros, em CACCIAMALI, Maria Cristina, 2005, op.cit.

¹² BACHA, Edmar Lisboa. Hierarquia e Remuneração Gerencial. In: TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs), op. cit.

posição diferenciada no mercado, indicada pelo maior poder de monopólio, a alta hierarquia das firmas estabelece seus vencimentos para além da produtividade marginal do trabalho, abocanhando parcela dos lucros.

No início da década de 1970, a análise de Langoni sobre o aumento do grau de desigualdade na distribuição da renda, não considera o comportamento da distribuição funcional da renda, privilegiando a metodologia e o argumento econômico mais freqüentemente utilizado nas décadas posteriores: o individualismo econômico e a teoria do capital humano. O autor conclui que a concentração de renda, no Brasil, da década de 1960, deriva predominantemente da incapacidade do sistema educacional brasileiro de produzir trabalhadores qualificados na proporção demandada pela crescente industrialização.¹³ Ademais, reinterpreta Kuznets, Langoni afirma que o aumento da concentração da renda, neste período, é esperado, tendo em vista o aumento da heterogeneidade estrutural do setor produtivo brasileiro. Segundo Kuznets, a concentração da renda aumenta nas fases iniciais do desenvolvimento econômico, reduzindo-se quando a estrutura produtiva apresentar predominantemente setores de maior produtividade.¹⁴

Assim, sob essa ótica, a manter o processo de crescimento econômico, a concentração de renda é um fenômeno passageiro, típico de uma economia em processo de reestruturação produtiva e desenvolvimento. Nos setores de atividade de maior produtividade, a distribuição pessoal da renda dependerá ainda mais da escolaridade dos trabalhadores.

Analizando o *pensamento hegemônico dos anos 90*, segundo Gandra, nota-se a influência da abordagem neoclássica de Langoni, centrada principalmente na teoria do capital humano, abandonando-se quaisquer relações com a distribuição funcional da renda.

Na década de 1990, Barros e co-autores ampliam e complementam o modelo langoniano. Em artigo de 1995, Barros e Mendonça, identificam teoricamente e empiricamente os determinantes da desigualdade de renda no Brasil, principalmente da desigualdade salarial. Os autores destacam como determinantes da desigualdade alguns tipos de segmentação no mercado de trabalho brasileiro (por ramo de atividade, formal-informal e regional), a discriminação por cor e gênero e alguns aspectos associados ao capital humano, como a experiência e a escolaridade do trabalhador. A segmentação por ramo de atividade explica 15% da desigualdade salarial brasileira, indicando a participação da heterogeneidade da estrutura produtiva brasileira nesse processo de desigualdade. A segmentação formal-informal é responsável por apenas 1% da desigualdade salarial brasileira, embora os diferenciais salariais entre trabalhadores formais e informais não sejam desprezíveis. Com relação ao último tipo de segmentação (segmentação regional), os autores concluem que a segmentação regional explica entre 2 e 5% a desigualdade salarial, muito provavelmente porque os diferenciais salariais entre os trabalhadores com qualificações similares não foram tão elevados.¹⁵

¹³ Além da escolaridade, Langoni insere, no modelo econométrico, a variável idade como *proxy* da experiência, obtendo resultados robustos, que ratificam a sua opção pelo poder explicativo do capital humano. LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil: uma reafirmação. *Ensaio Econômico EPGE*, n.7, Rio de Janeiro, FGV-EPGE, 1973.

¹⁴ KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. *American Economic Review*, v. 45, nº 1, 1955.

¹⁵ BARROS, Ricardo Paes de & MENDONÇA, Rosane. Os Determinantes da Desigualdade no Brasil. *Texto para Discussão* nº 377. Rio de Janeiro: IPEA, julho de 1995.

Os resultados de Barros e Mendonça (op. cit.) para os dois tipos de discriminação (por cor e gênero), indicam participações relativamente pequenas na desigualdade salarial brasileira, da ordem de 2% para a discriminação por cor e 5% para a discriminação por gênero. Contudo, essas baixas contribuições para a desigualdade salarial no Brasil, não descartam outros possíveis malefícios das discriminações sofridas pelos trabalhadores no mercado de trabalho. A experiência do trabalhador no mercado de trabalho explica 5% da desigualdade salarial, enquanto sua experiência na empresa explica 10%, indicando uma maior sensibilidade dos salários ao tempo na empresa. O determinante da desigualdade salarial com a maior capacidade explicativa é a escolaridade, que explica de 35 a 50%. Esse resultado alinha-se aos resultados de Langoni da década de 1970. Dessa forma, os resultados empíricos de Barros e Mendonça (op. cit.), embora tenham incluído outros determinantes da desigualdade de renda no Brasil, enfatizam o papel do capital humano nesse processo, remetendo a discussão sobre a desigualdade de renda para a oferta de trabalho.¹⁶

Barros e Mendonça, em parceria com Henriques, elaboram um estudo no ano de 2000 que se alinha as principais conclusões do “pensamento hegemônico da década de 1990”. Nesse estudo de 2000, os autores identificam a “heterogeneidade educacional” como o principal determinante da desigualdade salarial brasileira, sendo responsável por 39,5% dessa desigualdade. As diferenças educacionais entre os trabalhadores brasileiros são reveladas pelo mercado de trabalho, mostrando que os trabalhadores mais escolarizados apresentam uma maior produtividade e auferem salários maiores. Além de identificarem a escolaridade como o principal determinante da desigualdade salarial no Brasil, os autores também apontam alguns problemas “estruturais” do sistema educacional brasileiro, principalmente o relativo atraso educacional, estimado em uma década.¹⁷

Outro estudo que se alinha ao “pensamento hegemônico da década de 1990” foi elaborado por Ferreira no ano de 2000. Aliás, o autor utiliza as evidências empíricas de Barros e Mendonça e constata que a escolaridade é o principal determinante da distribuição de renda no Brasil. Essa escolaridade explica entre 33 e 50% a desigualdade total. Contudo, o autor também identifica outras causas para a distribuição de renda, destacando que o mercado de trabalho brasileiro é segmentado e discriminador. Além dos resultados empíricos, Ferreira constrói um modelo teórico para explicar a persistência da desigualdade de renda no Brasil. Esse modelo contém uma característica de dinâmica intergeracional que retroalimenta a desigualdade nacional. Essa retroalimentação inicia-se com uma elevada desigualdade educacional que gera uma elevada desigualdade de renda. Essa desigualdade de renda, ao criar grupos populacionais com rendas baixas, também promove uma desigualdade de poder político. Essa desigualdade de poder político perpetua a desigualdade educacional, uma vez que os grupos populacionais de rendas baixas não conseguem alterar as decisões políticas que podem favorecer-los, como a expansão de escolas públicas de qualidade. Dessa forma, o circuito de retroalimentação se completa, com as diferenças educacionais gerando desigualdade de renda e desigualdade de poder político que impedirá que esse circuito seja

¹⁶ BARROS, Ricardo Paes de & MENDONÇA, Rosane, 1995, op. cit.

¹⁷ BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Pelo fim das Décadas Perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

interrompido. Para interrompe-lo, Ferreira propõe a expansão e melhoria dos gastos públicos com educação, focalizando-os.¹⁸

Mais recentemente, a literatura nacional tem se dedicado à investigação das causas da queda da concentração pessoal de renda no início do século 21, após 2001. Além dos resultados que incorporam parte das discussões dos anos 70 e 90, também ocorre a inclusão de outras variáveis determinantes da variação da concentração, como alguns gastos sociais (bolsa-família) e previdenciários (aposentadorias e pensões). A introdução dessas variáveis expande o número de determinantes da variação da concentração de renda, sem romper com a literatura anterior, ampliando as conexões causais. Essas conexões causais aparecem numa série de estudos que utilizam técnicas matemáticas de decomposição.

Soares decompôs a variação da concentração de renda domiciliar brasileira no período de 1995 a 2004, com destaque para o período pós-2001, concluindo que o mercado de trabalho explica 75% da queda da concentração pessoal de renda, decorrentes da participação da renda do trabalho. As transferências públicas do Programa Bolsa-família também tem importância, contribuindo com 27% no período de 2001 a 2004, indicando a sua relevância para a redução da desigualdade de renda no Brasil.¹⁹

Hoffmann, utilizando a mesma técnica de decomposição de Soares, obtém resultados similares para algumas regiões brasileiras, com destaque para as transferências públicas no Nordeste, que contribuem significativamente para a redução da concentração de renda pessoal dessa região. Para as demais regiões analisadas, Hoffmann obteve resultados que indicam a renda do trabalho como o principal tipo de renda envolvido com a redução da concentração.²⁰

Ferreira, em parceria com Leite, Litchfield e Ulyssea, efetuam uma série de decomposições da desigualdade de renda brasileira. Dentre os principais resultados, destacam-se as contribuições da escolaridade e da discriminação por cor. Em 2004, as diferenças educacionais entre os “chefes” de domicílios explicam 38% da desigualdade total, enquanto a cor (etnia) explica 11%. Contudo, apesar da elevada capacidade explicativa da educação, houve uma redução de sua participação no período de 1981 a 2004, indicando redução nos retornos da escolaridade. Os 11% explicados pela cor, embora sejam relativamente reduzidos, são significativamente maiores do que os outros resultados encontrados na literatura nacional. De 1981 a 2004, o resultado para a cor permaneceu constante. Considerando a participação das fontes de renda na desigualdade total, os autores identificam, em 2004, que a renda do trabalho contribui com 67% e as aposentadorias e pensões com 18%. Diante dos resultados obtidos para a escolaridade, discriminação e aposentadorias, os autores concluem que, para o período de 1993 a 2004, houve uma redução da importância dos retornos da educação e uma queda na desigualdade dos grupos raciais, acompanhadas de uma maior focalização das transferências públicas.²¹

¹⁸ FERREIRA, Francisco H.G. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

¹⁹ SOARES, Sérgio Suarez Dillon. Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com Ênfase no Período entre 2001 e 2004. *Texto para Discussão* nº 1166. Brasília: IPEA, fevereiro de 2006.

²⁰ HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de Renda e a Redução da Desigualdade no Brasil em Cinco Regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*. Rio de Janeiro: v.8, nº1, junho de 2006.

²¹ FERREIRA, Francisco H.G., LEITE, Phillippe G., LITCHFIELD, Julie A. e ULYSSEA, Gabriel. Ascensão e Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. *Econômica*. Rio de Janeiro: v.8, nº1, junho de 2006.

A importância das transferências públicas para a redução da concentração de renda brasileira, após 2001, torna-se um objeto específico de análise. Soares em parceria com Veras, Medeiros e Osório, analisam a contribuição de alguns programas públicos de transferências para a redução da desigualdade de renda nacional e concluem, após a decomposição da desigualdade, que o Benefício de Prestação Continuada, o Bolsa-Família e as aposentadorias e pensões no piso, contribuem com 7, 21 e 32% respectivamente, no período de 1995 a 2004. A principal causa para que essas transferências públicas contribuíssem para a redução da desigualdade, é a correspondente redução de seus coeficientes de concentração, sugerindo ampliação da focalização desses gastos públicos. Os autores constataam essa ampliação da focalização, mas propõem melhorias em suas coberturas.²²

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em estudo institucional, também analisa a contribuição das transferências públicas para a redução da desigualdade no período de 2001 a 2004 e conclui que as aposentadorias e pensões no piso, o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa-Família contribuem, juntos, com 30% da redução total. Esse resultado para as transferências públicas, segundo o IPEA, sugere uma maior efetividade da proteção social. Além desses resultados para as transferências públicas, o estudo também analisa a contribuição de outros fatores para a redução da desigualdade no período. Dentre esses fatores, destacam-se a escolaridade, a produtividade do trabalho e a segmentação regional, que contribuem com 16, 18 e 11%, respectivamente. Portanto, esses resultados principais indicam que algumas políticas sociais, a qualificação da força de trabalho e a integração dos mercados de trabalho contribuem para a queda da desigualdade no período de 2001 a 2004.²³

2. Formalização da Decomposição das Variações dos GINI's Regionais

A técnica matemática utilizada baseia-se em cálculo diferencial. Para construir o cálculo diferencial, iniciamos com a seguinte identidade:

$$G \equiv \sum_1^k Y \cdot C \quad (1)$$

A partir da identidade (1), nota-se que o coeficiente de GINI (G) é idêntico ao somatório do produto de dois coeficientes (Y e C) dos tipos de renda (k) selecionados. O coeficiente Y mede a participação relativa de cada tipo de renda selecionada na renda domiciliar per capita. O coeficiente C mede o grau de concentração de cada um desses tipos de renda. Portanto, a partir da identidade (1), pode-se decompor o GINI de uma região da seguinte forma:

$$G_{t-1} \equiv \sum_1^k Y_{t-1} \cdot C_{t-1} \quad (2)$$

²² SOARES, Sergei Suarez Dillon ; VERAS, Fabio, MEDEIROS, Marcelo e OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. *Texto para Discussão* nº1228. Brasília:IPEA, outubro de 2006.

²³ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. *Nota Técnica*. Rio de Janeiro:IPEA, agosto de 2006.

$$G_t \equiv \sum_1^k Y_t \cdot C_t \quad (3)$$

Como as decomposições do GINI serão construídas para os anos de 2001 a 2004, insere-se estes anos nas identidades (2) e (3). A partir das identidades (2) e (3) torna-se possível efetuar o primeiro cálculo diferencial:

$$\Delta G \equiv G_{2004} - G_{2001} \equiv \sum_1^k (Y_{2004} \cdot C_{2004} - Y_{2001} \cdot C_{2001}) \quad (4)$$

A identidade (4) indica a contribuição de cada tipo de renda para a variação do GINI. Essa contribuição pode ser decomposta em duas partes a partir da variação dos coeficientes Y e C:

$$\Delta G \equiv \sum_1^k (C_{2004} \cdot \Delta Y + Y_{2001} \cdot \Delta C) \quad (5)$$

$$\Delta G \equiv \sum_1^k (C_{2001} \cdot \Delta Y + Y_{2004} \cdot \Delta C) \quad (6)$$

Nas identidades (5) e (6) nota-se que as variações dos coeficientes da renda (ΔY) e da concentração (ΔC) permitem mensurar a participação desses dois coeficientes (Y e C) na variação do GINI. Contudo, as combinações dessas variações contidas nas duas identidades geram resultados diferentes. Diante dessas diferenças, pode-se escolher com qual identidade a decomposição será construída ou, “(...) para evitar a questão de escolher arbitrariamente uma delas, é razoável utilizar a média aritmética das duas”²⁴. Ao se utilizar a média dos coeficientes Y e C, obtemos a seguinte identidade:

$$\Delta G \equiv \sum_1^k (C^* \cdot \Delta Y + Y^* \cdot \Delta C) \quad (7)$$

As médias aritméticas dos coeficientes de concentração (C^*) e de renda (Y^*) da identidade 7, atuam como um critério tradicional de ponderação, que evita resultados mais extremos obtidos pela escolha de uma ou outra identidade, no caso, as identidades (5) ou (6). Ainda na identidade (7), nota-se que a variação do GINI pode ser decomposta em duas partes para cada tipo de renda: uma parte indicará a participação da variação de cada tipo de renda ($C^* \cdot \Delta Y$); a outra parte indicará a participação da concentração de cada tipo de renda ($Y^* \cdot \Delta C$).

²⁴ HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de Renda e a Redução da Desigualdade no Brasil e Cinco Regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*. Rio de Janeiro: v.8, nº1, p.60, junho de 2006.

Essas duas partes (efeito renda e efeito concentração) podem ser melhor interpretadas por meio de uma última manipulação algébrica:

$$\Delta G \equiv \sum_1^k [(C^*-G^*)\Delta Y + Y^* \cdot \Delta C] \quad (8)$$

A identidade (8) gera resultados mais coerentes para o efeito renda $[(C^*-G^*) \Delta Y]$ e para o efeito concentração $(Y^* \cdot \Delta C)$. Essa coerência pode ser notada, por exemplo, no efeito renda $[(C^*-G^*)\Delta Y]$; um crescimento na participação relativa de um tipo de renda k contribuirá com a redução do GINI desde que o coeficiente médio de concentração (C^*) dessa renda k seja menor que o coeficiente médio do GINI (G^*) .

Dessa forma, a identidade (8) permite decompor a variação do GINI em dois efeitos: a) efeito-renda $[(C^*-G^*)\Delta Y]$ e b) efeito-concentração $(Y^* \Delta C)$. Esses dois efeitos indicam a contribuição das participações relativas das rendas e dos seus coeficientes de concentração na variação do GINI.

As propriedades matemáticas da técnica de decomposição apresentada não permitem identificar conexões causais entre as variáveis selecionadas e a desigualdade de renda. Sendo assim, cabe uma consideração de natureza metodológica: essa técnica de decomposição pertence a um grupo de exercícios matemáticos, e “embora estes exercícios não permitam identificar as causas do comportamento da desigualdade, eles permitem levantar uma série de potenciais candidatos”²⁵

A decomposição da variação dos GINIs foi construída para Brasil e cinco macro-regiões brasileiras - Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, no período de 2001 a 2004, por cinco fontes (tipos) de renda, utilizando-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os tipos de renda são: *trabalho* : inclui as rendas de todos os trabalhos (primário, secundário, etc); *aluguéis*; *doações*; *aposentadorias e pensões*; e *transferências públicas*: inclui juros e dividendos.

Para a região Norte, considera-se apenas a área urbana, com o propósito de se avaliar a hipótese de convergência de distribuição de renda entre as áreas urbanas e rurais. O período de 2001 a 2004 foi escolhido por apresentar redução da concentração de renda no Brasil. Essa elevada redução está descrita na literatura nacional.

As variáveis utilizadas para construir as decomposições são: participação relativa de cada tipo (fonte) de renda na renda domiciliar per capita total; e coeficiente de concentração de cada tipo de renda construído segundo a distribuição por domicílios.

A análise a seguir contará com o apoio de seis tabelas. Três delas contém as variáveis com as quais as decomposições foram construídas. Outras três tabelas contém as próprias decomposições. Todas essas tabelas apresentam os resultados principais. Dessa forma, dos cinco tipos de renda analisadas, apenas três mostraram-se significativas.

²⁵ FERREIRA, Francisco H.G., LEITE, Phillippe, G., LITCHFIELD, Julie A. e ULYSSEA, Gabriel. Ascensão e Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. *Econômica*. Rio de Janeiro: v.8, nº1,p.165, junho de 2006. Grifos nossos.

3. Análise dos Resultados das Decomposições para Brasil e Macro-Regiões:

Tabela 1. Participação Relativa da Renda do Trabalho na Renda Domiciliar per Capita e Grau de Desigualdade no Brasil e Macro-Regiões

Renda do Trabalho	% Renda Domiciliar		Grau de Desigualdade	
	2001	2004	2001	2004
Brasil e Macro-Regiões				
Brasil	0,75	0,74	0,56	0,54
Norte	0,83	0,82	0,56	0,53
Nordeste	0,73	0,70	0,62	0,59
Centro-Oeste	0,81	0,81	0,59	0,58
Sudeste	0,74	0,72	0,53	0,51
Sul	0,74	0,73	0,55	0,52

Fonte: elaborado pelos autores a partir das metodologias descritas na seção anterior

Na tabela 1 nota-se a elevada participação da renda do trabalho brasileira na composição da renda domiciliar per capita, atingindo 75% em 2001 e 74% em 2004. Essa elevada participação decorre, dentre outros fatores, da subestimação das rendas do capital por parte da PNAD, bem como da possível expansão do trabalho urbano e metropolitano nacionais. As regiões Norte (urbana) e Centro-Oeste apresentam participações das rendas do trabalho superiores à nacional, superando a cifra dos 80% nos anos de 2001 e 2004. O menor resultado na participação da renda domiciliar ocorre para a região Nordeste. Esses resultados elevados da participação da renda do trabalho nacional e das respectivas macro-regiões, parecem remeter a análise para as dinâmicas dos mercados de trabalho nacional e regional, com suas respectivas interfaces macroeconômicas.

Analizando o grau de desigualdade da renda do trabalho no Brasil, verifica-se uma redução no período de 2001 a 2004, passando de 0,56 para 0,54. Contudo, mesmo com tal redução, a desigualdade de renda nacional está fora dos padrões internacionais, inclusive distanciando-se das distribuições de renda de economias com rendas per capita similares. Esse grau de concentração agrava-se nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, que superam o grau de desigualdade nacional, atingindo coeficientes de 0,59 e 0,58 em 2004, respectivamente. As maiores quedas relativas no grau de desigualdade ocorrem nas regiões Sul, Norte (urbano) e Nordeste, que consequentemente “puxaram” a redução nacional do grau de desigualdade da renda do trabalho. Os menores coeficientes de desigualdade em 2004 são das regiões Sudeste e Sul (0,51 e 0,52 respectivamente), sugerindo a existência de particularidades distributivas nesses dois mercados de trabalho.

As participações das rendas do trabalho nas regiões Norte (urbana) e Centro-Oeste “puxaram” para cima a participação da renda do trabalho nacional. Além dessa influência ascendente das duas macro-regiões, abre-se a possibilidade de se atribuir a região Norte (urbana) tamanha participação, em função da urbanização considerada nessa região. Com relação a elevada participação da renda do trabalho na região Centro-Oeste, pode-se levantar como hipótese sua característica de emprego público que expande a massa de rendimentos do trabalho. Além de expandir essa massa de rendimentos do trabalho, a região Centro-Oeste também apresenta

uma das maiores desigualdades de renda em 2004, perdendo apenas para a região Nordeste. A desigualdade de renda verificada na região Centro-Oeste também pode estar associada com a disparidade existente entre os rendimentos do trabalho nas áreas rurais e urbanas.

Tabela 2. Participação Relativa da Renda do Trabalho na Variação do Gini no Brasil e Macro-Regiões

Renda do Trabalho	Efeito-Renda	Efeito-Concentração	Efeito Total
Brasil e Macro-Regiões	2001-2004	2001-2004	2001-2004
Brasil	-0,20	-63,84	-64,04
Norte	-0,27	-72,37	-72,64
Nordeste	-1,20	-67,68	-68,88
Centro-Oeste	0,00	-54,10	-54,10
Sudeste	0,20	-70,58	-70,38
Sul	0,03	-64,35	-64,32

Fonte: elaborado pelos autores a partir das metodologias descritas na seção anterior

Além de ocupar a maior parcela da renda domiciliar per capita, a renda do trabalho também é o tipo de renda mais associado com a redução das desigualdades nacional e regionais. Para a realidade nacional, a renda do trabalho participa com 64,04% da redução de sua desigualdade de renda. Na macro-região Norte (urbana) a renda do trabalho está associada em 72,64% com a queda do grau de desigualdade, superando o resultado nacional e indicando a possibilidade da urbanização ter influenciado o mercado de trabalho metropolitano. A hipótese da urbanização parece ganhar respaldo com o resultado da macro-região Sudeste, que também apresenta uma forte participação da renda do trabalho na redução da desigualdade, atingindo o patamar de 70,38%. Dessa forma, os resultados da renda do trabalho das macro-regiões Norte (urbana) e Sudeste são compatíveis com a hipótese de mudanças nos mercados de trabalho metropolitanos, que se reestruturam a ponto de reduzirem as desigualdades salariais presentes nas diversas estruturas ocupacionais. A única macro-região que apresenta uma participação da renda do trabalho muito abaixo do resultado nacional é a Centro-Oeste, sugerindo a ocorrência de menores mudanças distributivas em seu mercado de trabalho.

O efeito-concentração é o mais significativo para a redução das desigualdades de renda nacional e regionais, indicando que o grau de desigualdade de renda do trabalho é mais sensível as variações dos coeficientes de concentração. Apesar da redução das desigualdades de renda nacional e regionais, o grau de desigualdade da renda do trabalho continua elevado. A renda do trabalho foi capaz de contribuir para a queda da desigualdade de renda domiciliar, mas os coeficientes de desigualdade de renda domiciliar permanecem elevados. A baixa participação do efeito-renda mostra que, além das variações das participações relativas dos tipos de renda terem sido pequenas, a desigualdade de renda domiciliar é pouco sensível as mudanças relativas de renda.

Tabela 3. Participação Relativa das Transferências Públicas na Renda Domiciliar per Capita e Grau de Desigualdade no Brasil e Macro-Regiões

Renda do Trabalho	% Renda Domiciliar		Grau de Desigualdade	
	2001	2004	2001	2004
Brasil e Macro-Regiões				
Brasil	0,01	0,02	0,56	0,18
Norte	0,01	0,01	0,43	0,02
Nordeste	0,01	0,03	0,28	0,09
Centro-Oeste	0,01	0,01	0,61	0,10
Sudeste	0,01	0,01	0,67	0,36
Sul	0,02	0,02	0,67	0,47

Fonte: elaborado pelos autores a partir das metodologias descritas na seção anterior

As transferências públicas englobam programas como o Bolsa-família, LOAS, PET e Auxílio-Gás, além de uma parcela de juros. Nota-se na tabela 3 que essas transferências ocupam uma parcela relativamente pequena da renda domiciliar, ampliando-se de 1% para 2% no Brasil. A macro-região Nordeste apresenta o maior crescimento nas transferências públicas, passando de 1% para 3%. Esse resultado da macro-região Nordeste é compatível com a expansão de algumas transferências públicas na região, principalmente do Bolsa-Família, que alocou aproximadamente metade dos seus recursos para o Nordeste em 2004. As transferências públicas ampliaram-se para a realidade nacional em função da macro-região Nordeste, que “puxou” a participação nacional para cima. As macro-regiões Norte (urbana), Centro-Oeste e Sudeste apresentam as menores participações nas transferências públicas, ficando abaixo do resultado nacional. Duas macro-regiões com rendas per capita distintas (Nordeste e Sul) apresentam as maiores participações relativas em 2004.

Com relação ao grau de desigualdade, nota-se que as transferências públicas estavam, em 2001, muito concentradas. O grau de desigualdade nacional das transferências atinge 0,56 em 2001, igualando-se ao grau de desigualdade da renda do trabalho nacional. Nesse mesmo ano, as três regiões com maiores renda per capita (Centro-Oeste, Sudeste e Sul) apresentam os maiores graus de desigualdade, superando (em muito) a desigualdade nacional e atingindo coeficientes elevados (0,61, 0,67 e 0,67, respectivamente). As macro-regiões Norte (urbana) e Nordeste apresentam em 2001 as menores desigualdades, com coeficientes de 0,43 e 0,28, respectivamente, indicando uma maior focalização das transferências públicas. No curto período analisado o grau de desigualdade das transferências é abruptamente reduzido. Para a realidade nacional o grau de desigualdade passa de 0,56 para 0,18. A maior queda em termos relativos ocorre para a macro-região Norte (urbana), indicando uma maior focalização das transferências públicas nas áreas urbanas. Nas macro-regiões Sudeste e Sul as quedas da desigualdade são menores, sugerindo menor focalização e menor cobertura das transferências públicas.

Tabela 4. Participação Relativa das Transferências Públicas na Variação do Gini no Brasil e Macro-Regiões

Renda do Trabalho	Efeito-Renda	Efeito-Concentração	Efeito Total
Brasil e Macro-Regiões	2001 a 2004	2001 a 2004	2001 a 2004
Brasil	-4,30	-21,41	-25,71
Norte	-8,51	-13,20	-21,71
Nordeste	-27,30	-14,16	-41,46
Centro-Oeste	-3,25	-22,58	-25,83
Sudeste	-0,05	-16,09	-16,14
Sul	0,17	-10,12	-9,95

Fonte: elaborado pelos autores a partir das metodologias descritas na seção anterior

As transferências públicas participam com 25,71% para a queda da desigualdade de renda domiciliar no Brasil, principalmente em função do efeito-concentração. Contudo, para a macro-região Nordeste o resultado é diferente: além das transferências públicas contribuírem com 41,46% para a redução da desigualdade de renda domiciliar, o principal efeito é o efeito-renda, indicando uma forte ampliação das transferências públicas nessa região, capazes de expandir a cobertura desses benefícios. Os resultados das transferências públicas para a queda da desigualdade no Nordeste, são compatíveis com a ampliação dessas mesmas transferências (descrita na tabela 3 anterior). As macro-regiões Sudeste e Sul apresentam uma participação menor das transferências públicas na redução dos seus graus de desigualdade de renda domiciliar, sugerindo que as transferências estejam sendo alocadas prioritariamente para as macro-regiões de menores rendas per capita (como a Norte e Nordeste).

Tabela 5. Participação Relativa das Aposentadorias e Pensões na Renda Domiciliar per Capita e Grau de Desigualdade no Brasil e Macro-Regiões

Renda do Trabalho	% Renda Domiciliar		Grau de Desigualdade	
Brasil e Macro-Regiões	2001	2004	2001	2004
Brasil	0,20	0,21	0,54	0,53
Norte	0,14	0,14	0,51	0,50
Nordeste	0,23	0,24	0,59	0,61
Centro-Oeste	0,14	0,14	0,59	0,56
Sudeste	0,22	0,24	0,52	0,51
Sul	0,22	0,22	0,55	0,51

Fonte: elaborado pelos autores a partir das metodologias descritas na seção anterior

As aposentadorias e pensões ocupam uma parcela expressiva da renda domiciliar per capita nacional, atingindo 21% em 2004. Contudo, no período analisado mantém-se estável. As menores participações regionais ocorrem para as macro-regiões Norte (urbana) e Centro-

Oeste. As maiores participações são das macro-regiões Nordeste, Sudeste e Sul. As participações relativas das cinco macro-regiões parecem não estabelecer padrão algum com as rendas per capita dessas regiões. Embora os padrões não estejam claros, nota-se as discrepâncias nas participações relativas entre as cinco macro-regiões. Norte (urbano) e Centro-Oeste apresentam uma participação de 14%, enquanto o Nordeste e o Sudeste atingem 24%.

O grau de desigualdade das aposentadorias e pensões nacionais se reduzem no período, mas continuam num nível elevado, atingindo 0,53 em 2004, indicando a forte concentração dos rendimentos previdenciários no Brasil. Para a macro-região Nordeste o grau de desigualdade aumentou, superando a desigualdade nacional e atingindo um coeficiente de 0,61. Esse grau de desigualdade no Nordeste, combinado com sua renda per capita relativamente baixa, sugerem uma baixa capacidade das aposentadorias e pensões reverterem tal quadro distributivo. Excetuando-se o Nordeste, todas as regiões (incluindo a realidade nacional) mostram reduções dos graus de desigualdades, mas os coeficientes ainda apresentam elevadas concentrações em 2004. Os menores graus de desigualdade ocorrem nas macro-região Norte (urbana), Sudeste e Sul, sugerindo que a urbanização talvez tenha influenciado a distribuição dos rendimentos previdenciários.

Tabela 6. Participação Relativa das Aposentadorias e Pensões na Variação do Gini no Brasil e Macro-Regiões

Renda do Trabalho	Efeito-Renda	Efeito-Concentração	Efeito Total
Brasil e Macro-Regiões	2001 a 2004	2001 a 2004	2001 a 2004
Brasil	-0,34	-8,30	-8,64
Norte	-0,12	-4,96	-5,08
Nordeste	0,24	11,45	11,69
Centro-Oeste	0,04	-19,46	-19,42
Sudeste	-0,65	-10,68	-11,33
Sul	-0,08	-25,27	-25,35

Fonte: elaborado pelos autores a partir das metodologias descritas na seção anterior

As aposentadorias e pensões contribuem com 8,64% para a redução da desigualdade de renda domiciliar brasileira. A macro-região Sul apresenta a maior participação das aposentadorias e pensões na redução de sua desigualdade de renda domiciliar, contribuindo com 25,35%. A menor participação ocorre na macro-região Norte (urbana), que contribui apenas com 5,08% para a queda de sua desigualdade. No caso da macro-região Nordeste, as aposentadorias e pensões elevam a desigualdade de renda domiciliar. Nota-se que as regiões com menores rendas per capita (Norte-urbana e Nordeste) apresentam baixas contribuições dos rendimentos previdenciários para as quedas das desigualdades de renda domiciliares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura nacional sobre distribuição de renda intensifica-se a partir da década de 1970, passando por um período de arrefecimento na década de 1980, até atingir posições teóricas hegemônicas na década de 1990. Mais recentemente, na primeira metade de 2000, passa-se a discutir a queda da desigualdade pessoal de renda nacional, trazendo para o debate as transferências públicas como determinantes dessa redução. A posição hegemônica da década de 1990 que enfatiza o papel do capital humano, parece perder um pouco de espaço, embora não se possa falar em ruptura teórica. Contudo, os aspectos macroeconômicos da distribuição, principalmente aqueles ligados a distribuição funcional de renda, continuam fora dessa literatura. Embora a posição hegemônica do capital humano da década de 1990 tenha perdido espaços recentemente, ainda predominam as causas microeconômicas para explicar a queda da desigualdade verificada de 2001 a 2004, convergindo para o mercado de trabalho como determinante.

As estatísticas com as quais as decomposições da queda da desigualdade de renda familiar foram construídas nesse estudo, para as realidades nacional e regionais, indicam a elevada participação da renda do trabalho na composição da renda domiciliar, atingindo 74% em 2004 no Brasil. Essa elevada participação da renda do trabalho provavelmente ocorre porque as rendas do capital não são captadas em toda sua amplitude pela PNAD. Para as cinco macro-regiões analisadas, também ocorre essa elevada participação da renda do trabalho, sendo que o Norte (urbano) e o Centro-Oeste chegam a superar o resultado nacional e atingem cifras superiores a 80%. Além dessas participações elevadas na renda domiciliar, a renda do trabalho mostra um elevado grau de desigualdade, com um coeficiente nacional de 0,54 em 2004. A macro-região com o maior grau de desigualdade é a Nordeste, que atinge um coeficiente de 0,59 em 2004, combinando elevada concentração com baixa renda per capita regional. As desigualdades regionais diminuem, mas ainda permanecem elevadas. O grau de desigualdade parece não guardar relação com as rendas per capita das cinco macro-regiões, impedindo a identificação de um claro padrão na desigualdade regional.

Os resultados da decomposição da renda domiciliar per capita indicam um forte padrão: a renda do trabalho é o principal tipo de renda associado com as quedas das desigualdades nacional e regionais. Para a realidade nacional a renda do trabalho contribui com 64,04% da queda. As maiores contribuições ocorrem nas regiões Norte (urbana) e Sudeste. Na literatura essa elevada contribuição da renda do trabalho para a redução da desigualdade é explicada a partir das mudanças do mercado de trabalho, incluindo as mudanças nos mercados de trabalho metropolitanos, tais como reduções nos diferenciais de escolaridade dos trabalhadores, numa clara indicação de convergência das qualificações profissionais. É importante lembrar que, em função da técnica matemática utilizada, era esperado esse resultado, uma vez que a renda do trabalho ocupa a quase totalidade da renda domiciliar. Embora o mercado de trabalho seja um forte candidato na explicação desse resultado da renda do trabalho, não se pode, a partir do modelo matemático empregado, afirmar quais fatores desses mercados de trabalho estão envolvidos com a redução das desigualdades.

As transferências públicas ocupam uma parcela reduzida da renda domiciliar, atingindo apenas 2% em 2004 no Brasil. A única macro-região que ampliou significativamente sua participação relativa é a Nordeste, que atinge 3% em 2004. Esses resultados das participações relativas das transferências públicas indicam a baixa inserção de alguns gastos sociais na composição das rendas nacional e regionais. Como essas transferências públicas não estão desagregadas, não se pode afirmar qual tipo de transferência mais contribui para a queda da desigualdade de renda, mas para a macro-região Nordeste, um forte candidato é o Bolsa-Família, que alocou aproximadamente metade dos seus recursos em 2004 nessa região. O grau de desigualdade em 2001 mostra-se elevado, atingindo um coeficiente de 0,56 para a realidade nacional, numa clara indicação de baixa focalização das transferências públicas. Contudo, a queda dessa desigualdade é abrupta, chegando a um coeficiente de 0,18 para Brasil. Essa forte queda da desigualdade das transferências públicas sugere crescimento da focalização. As maiores quedas das desigualdades ocorrem nas macro-regiões Norte (urbana) e Centro-Oeste, impedindo a identificação de um claro padrão regional. Em 2001 chama a atenção o elevado grau de desigualdade nas macro-regiões Sudeste e Sul, sugerindo que as transferências públicas podem estar associadas ao nível de renda per capita. Ou seja, regiões com um padrão de desenvolvimento mais elevado podem receber transferências que favoreçam mais os menos pobres. Ao decompor a queda da desigualdade de renda domiciliar no Brasil, nota-se a contribuição das transferências públicas, que atinge 25,71%. A macro-região Nordeste apresenta a maior contribuição das transferências para a queda da desigualdade de renda, com uma cifra de 41,46%. Esse resultado para a região Nordeste pode estar indicando uma maior cobertura dessas transferências públicas.

As aposentadorias e pensões ocupam uma parcela expressiva da renda domiciliar no Brasil, chegando a 21% em 2004. Duas macro-regiões (Norte e Centro-Oeste) mostram-se abaixo do nível brasileiro, ambas com participações de 14% na renda domiciliar. A participação das aposentadorias e pensões na renda domiciliar torna um importante tipo de renda no processo distributivo. Contudo, o grau de desigualdade das aposentadorias e pensões manteve-se elevado no período, chegando a elevar-se na macro-região Nordeste. Esse elevado grau de desigualdade verificado indica baixa focalização dos gastos previdenciários. Como consequência dessa baixa focalização, as aposentadorias e pensões apresentam uma contribuição relativamente pequena para a queda da desigualdade de renda domiciliar no Brasil, participando com apenas 8,64%. A maior contribuição ocorre na macro-região Sul, que atinge 25,35%. Na macro-região Nordeste as aposentadorias chegam a elevar a desigualdade de renda domiciliar.

Sintetizando os resultados teóricos e empíricos, pode-se afirmar que seria interessante retomar as discussões teóricas sobre distribuição funcional da renda numa perspectiva macroeconômica. A queda da desigualdade de renda domiciliar no Brasil e nas cinco macro-regiões analisadas trouxe para o debate a importância das transferências públicas para a redução da desigualdade de renda no Brasil, bem como recoloca a necessidade de se discutir os gastos previdenciários, que mostram-se muito concentrados e conseqüentemente pouco focalizados. As transferências públicas também precisam ser discutidas de forma mais desagregada, para que se possa identificar os programas sociais mais eficientes para a distribuição de renda. A renda do trabalho é o tipo de renda que mais contribui para a queda da

desigualdade, remetendo a explicação para o mercado de trabalho, principalmente para os mercados de trabalho metropolitanos. Contudo, a renda do trabalho precisa ser analisada não apenas nos limites estritos dos mercados de trabalho, mas também a partir das interações entre esses mercados e as dinâmicas macroeconômicas das regiões. Empiricamente não há muitos padrões regionais identificados, sugerindo fortes particularidades regionais na distribuição da renda domiciliar no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, Edmar Lisboa; Hierarquia e Remuneração Gerencial. In: TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs.) *A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BARROS, Ricardo Paes de & MENDONÇA, Rosane. Os Determinantes da Desigualdade no Brasil. *Texto para Discussão nº 377*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

_____. Pelo fim das Décadas Perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org.) *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

CACCIAMALI, M. C. . Pode o salário mínimo balizar a estrutura salarial das firmas? Argumentos a favor da política ativa do salário mínimo. In: Paulo Baltar, Cláudio Dedecca e José Dari Krein. (Org.), *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2005, v.1 , p. 147-162.

CACCIAMALI, Maria Cristina, Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade, In: Diva Benevides Pinho; Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. (Org.), *Manual de economia*, 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v. 01, p. 406-422.

CACCIAMALI, Maria Cristina , A crescente desigualdade de renda no Brasil, In: Maria José Willumsen; Eduardo Gianetti da Fonseca. (Org.), *A economia brasileira: estrutura e desempenho*, 1 ed. Miami: North South Center University of Miami, 1995, v. 1, p. 225-247.

FERREIRA, Francisco H. G.; LEITE, Phillippe G.; LITCHFIELD, Julie A e ULYSSEA, Gabriel. Ascensão e Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. *Econômica*. Rio de Janeiro: v.8, nº1, pgs. 147-171, junho de 2006;

FERREIRA, Francisco H.G. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: luta de classe ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (org.) *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FISHLOW, Albert. *A Distribuição de Renda no Brasil*. In: TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs.). *A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978;

GANDRA, Rodrigo Mendes. O Debate sobre a Desigualdade de Renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90. *Texto para Discussão nº001*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de Renda e a Redução da Desigualdade no Brasil em Cinco Regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*. Rio de Janeiro: v. 8, nº1, pgs. 55-81, junho de 2006;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). CD/ROM dos Microdados das PNAD's de 2001 e 2004;

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. *Nota Técnica*. Brasília: IPEA, agosto 2006;

KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. *American Economic Review*, v.45, nº 1, 1955.

LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil: uma reafirmação. *Ensaio Econômico EPGE*, nº7. Rio de Janeiro: FGV-EPGE, 1973.

LOUREIRO, Paulo R. A. Uma Resenha Teórica e Empírica sobre Economia da Discriminação. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: v. 57 , nº1, pgs. 125-157, Janeiro / Março 2003.

MACEDO, Roberto & GARCIA, Manuel Enriquez. Salário Mínimo e a Taxa de Salários no Brasil: comentário. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: v.10, nº 3, 1979.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho. OIT, Janeiro de 1993.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com Ênfase no Período entre 2001 e 2004. *Texto para Discussão* nº1166. Brasília: IPEA, fevereiro de 2006;

SOARES, Sergei Suarez Dillon ; VERAS, Fabio ; MEDEIROS, Marcelo e OSÓRIO, Rafael. Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. *Texto para Discussão* nº 1228. Brasília: IPEA, outubro de 2006.

SOUZA. Paulo Renato & BALTAR, Paulo. Salário Mínimo e a Taxa de Salário no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: v.9, nº 3, 1979.